

Tucano propõe privatização da saúde

por Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

O deputado federal Ayres da Cunha, correligionário do presidente da República, tomou posse ontem na Câmara disposto a investir seu mandato para subverter um dos princípios clássicos da social-democracia que inspira seu partido: a garantia, pelo Estado, de assistência médica à população.

Dono da Blue Life, terceira no ranking nacional entre as empresas de medicina de grupo, e de um mandato contado entre os mais caros da nova Câmara (os gastos oficiais declarados foram de R\$ 230 mil), Ayres da Cunha quer a privatização total da saúde, dos hospitais à assistência médica.

“É uma atividade como outra qualquer”, justifica o deputado, que se define como um liberal, num partido que, segundo ele, “está evoluindo para o liberalismo”.

As propostas de Ayres da Cunha se encaixam na ampla discussão em torno das reformas da Previdência, maior fundo de financiamento da saúde pública do País. O princípio geral é de que o Estado remunere as empresas de medicina de grupo como a sua, por exemplo, para prestar os serviços hoje em mãos dos hospitais públicos e dos médicos contratados pelo governo.

Em seu lobby, Ayres da Cunha poderá ter ao seu lado a bancada de donos de hospitais na Câmara, que tem no ex-presidente da Casa, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), um dos seus mais ilustres representantes. Contra ele está uma das

maiores unanimidades do governo Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Saúde, Adib Jatene.

“Não dou seis meses para ele permanecer no cargo”, desafia o deputado. Apostila semelhante aconteceu em São Paulo com o também renomado cirurgião Silvano Raia, secretário de Saúde da prefeitura de Paulo Maluf, que deixou o posto há duas semanas por não concordar com a reformulação no sistema de saúde municipal que segue as mesmas linhas da proposta de Ayres da Cunha. (Ver matéria ao lado).

A assessoria do ministro da Saúde informou que, por “não conhecer” as propostas do deputado, Jatene não se pronunciaria sobre o assunto. O secretário de Saúde do governo Mário Covas (SP), José da Silva Guedes, apontou com um dos maiores adversários da proposta no âmbito estadual, também não quis se pronunciar sob a mesma alegação de Jatene.

No PT, partido que tentou representação no Ministério Público de São Paulo questionando a constitucionalidade do projeto de Maluf, a maior esperança de que as propostas do deputado do PSDB sejam barradas em Brasília é o próprio governo. “Adib Jatene não vai concordar com a privatização da saúde”, argumenta o vereador petista Adriano Diogo, um dos principais oposicionistas ao projeto de Maluf e um dos “esquerdistas” a quem Ayres da Cunha acusa de estarem em campanha contra sua proposta.

Ayres da Cunha apresenta sua proposta como um antídoto à corrupção do atual sistema de guias de atendi-

mento hospitalar, através do qual um hospital credenciado do Sistema Unificado de Saúde (SUS) pode forjar uma simples radiografia de pulmão e cobrá-la ao governo ao preço de uma caríssima hemodiálise.

Ele é daqueles que acreditam na corrupção como “um mal do brasileiro”. E, por isso, não acredita que a saúde pública funcione tão bem no Brasil quanto, por exemplo, na Alemanha. “O alemão tem tendência a ser mais correto que o brasileiro”, argumenta Ayres, filho de português e italiano.

Pelo sistema que propõe o deputado do PSDB, a população seria cadastrada pela prefeitura e receberia um cartão magnético para o atendimento em hospitais próximos aos locais de residência. Por cada cadastrado, o Estado pagaria R\$ 20 por mês às empresas e o sistema obedeceria à mesma lógica das empresas de medicina de grupo: os doentes acabam financiando o pagamento dos cadastrados sa-

dios.

“A idéia é que se pague por paciente e não por tratamento”, explica o deputado. Se o atual sistema abre brechas à corrupção, o proposto não fecha a possibilidade de se maquiar a necessidade de um tratamento dispensioso a um paciente que pague “apenas” R\$ 20 por mês. Ayres da Cunha admite o risco, mas apresenta a alternativa que, na sua opinião, resolve tudo – a concorrência do mercado. “Se o paciente não estiver satisfeito, procura outro convênio”, argumenta.

Hoje o setor de medicina de grupo abrange trezentas empresas e quase 30 milhões de pessoas são atendidas por convênios médicos. A universalização da medicina através do setor privado, ao preço estipulado pelo dono da Blue Life, renderia às empresas de medicina de grupo algo em torno de R\$ 28,6 bilhões, ou seja, mais de três vezes o orçamento do Ministério da Saúde.

MILITARES

Novo chefe no Cecomsex

O general-de-brigada Rômulo Pereira é o novo chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex). Ele assumiu o cargo, que era ocupado pelo atual secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Gilberto Serra, em cerimônia presidida pelo ministro Zenildo Lucena, segundo a Agência Brasil.

O novo porta-voz do Exército tem 55 anos e é da arma

de infantaria. Além das atividades normais da carreira, o general fez curso de instrutor de educação física, básico de pára-quedismo e de escalador de montanhas, atividade que o Exército realiza em São João Del Rey (MG), no 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, que ele comandou. Rômulo Ferreira foi também adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Itália.